

GEPAR PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

CNPJ 33.639.148/0001-20

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Gepar Participações Societárias S.A. apresenta-lhes, a seguir, as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com o padrão contábil brasileiro, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julguem necessário. Porto Alegre, 24 de março de 2025. **A Administração.**

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Balço Patrimonial				Demonstração do Resultado				Demonstração do Resultado Abrangente			
Nota	2024	2023	Nota	2024	2023	Nota	2024	2023	2024	2023	
Ativo circulante						Despesas e receitas operacionais					
Caixa e equivalentes de caixa	4	49	104			Result. da equiv. patrimonial	5	90.025	165.394		
Créditos tributários		6	6	7.a	413.632	Despesas gerais e administ.		(53)	(53)		
		55	110	7.c	503.016	Lucro antes do result. financ.		89.972	165.341		
Ativo não circulante				7.b	458.606	Despesas financeiras		(2)	(4)		
Investimentos	5	1.375.199	1.127.198		275.981	Lucro líquido do exercício		89.970	165.338		
		1.375.199	1.127.198		1.375.254	Lucro por ação do capital social ao final do exerc. - R\$	8	0,22	0,40		
Total do ativo		1.375.254	1.127.308		1.375.254						

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Capital social		Reservas de Lucros		Aj. de aval. patrimonial
	subscrito	Legal	Lucros a realizar	Lucros acumulados	
Saldo em 01/01/2023	413.632	29.678	343.679	316.729	1.103.718
Lucro líquido do exercício	-	-	-	165.338	165.338
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	(41.691)	(41.691)
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	165.338	123.647
Outros efeitos de avaliação patrimonial em coligadas	-	-	-	943	943
Constituição de reserva legal	-	8.267	-	(8.267)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	56.071	(56.071)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(101.000)	(101.000)
Saldo em 31/12/2023	413.632	37.945	399.751	275.980	1.127.308
Lucro líquido do exercício	-	-	-	89.970	89.970
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	167.259	167.259
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	167.259	257.229
Outros efeitos de avaliação patrimonial em coligadas	-	-	-	15.367	15.367
Constituição de reserva legal	-	4.498	-	(4.498)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	60.822	(60.822)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(24.650)	(24.650)
Saldo em 31/12/2024	413.632	42.443	460.573	458.606	1.375.254

Nota 1 - Informações Gerais: A Gepar Participações Societárias S.A. ("Companhia"), com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto e principal atividade a participação em outras empresas. As demonstrações financeiras da Gepar Participações Societárias S.A. foram aprovadas pela Administração em 24 de março de 2025.

2 - Base de Preparação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Riscos de conflitos internacionais:** Conflitos internacionais podem ter um efeito material adverso no ambiente macroeconômico geral, que pode incluir a demanda por aço e minério de ferro e os preços, bem como o aumento dos custos de energia. Tanto o conflito em si quanto as sanções impostas (e outras sanções adicionais que podem vir a ser impostas), bem como as possíveis respostas às sanções, podem ter mais efeitos desestabilizadores nos mercados financeiros e em certos mercados de commodities. Um conflito pode escalar militarmente tanto regional quanto globalmente; qualquer escalada substancial teria um efeito material adverso nas condições macroeconômicas. Além disso, as sanções podem permanecer em vigor além da duração do conflito militar e ter um impacto duradouro na região e globalmente, podendo afetar negativamente os resultados operacionais e a condição financeira das empresas investidas e, consequentemente, da Companhia. **Reforma tributária:** Em 16/01/2025 foi sancionado o Projeto de Lei Complementar ("PLP") 68/2024, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamenta a Reforma Tributária do Consumo prevista pela Emenda Constitucional ("EC") nº 132/2023. O novo modelo está baseado no IVA repartido ("A dual") em duas competências: uma federação sobre Bens e Serviços - CBS, que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31/12/2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 31/12/2024. **Novas normas contábeis:** As emissões/alterações de normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. **Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** O IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis CPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Nota 3 - Políticas Contábeis Materiais - 3.1 - Conversão de saldos em moeda estrangeira - Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas coligadas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Todas as diferenças resultantes de

conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes, na linha "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira".

3.2 - Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e contas bancárias, sendo demonstrados pelo custo e acrescido de juros auferidos, quando aplicável. **3.3 - Investimentos:** Os investimentos em empresas coligadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas são reconhecidas nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações patrimoniais destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do custo dos investimentos. **3.4 - Dividendos distribuídos:** O estatuto social da Companhia prevê dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido anual, ajustado em 5% representando a constituição de reserva legal, portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. **3.5 - Imposto de renda e contribuição social:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos com vigência na data base das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A Companhia utiliza o lucro Real como forma de tributação, as alíquotas de 25% para o imposto de renda (15% mais o adicional de 10% e 9% para a Contribuição Social) e para os exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2023.

Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa: O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por conta corrente no país.

Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Conta corrente país	49	104
	49	104

Nota 5 - Investimentos: Os investimentos em coligadas, e sua movimentação, estão demonstrados como segue:

	Indic. Invest. S.A.	Açoter Partic. Ltda.	Total
Saldo 01/01/2023	1.103.552	-	1.103.553
Equivalência	165.394	-	165.394
Ajustes de aval. patrim.	(40.749)	-	(40.749)
Dividendos	(101.000)	-	(101.000)
Saldo em 31/12/2023	1.127.197	-	1.127.198
Equivalência	90.025	-	90.025
Ajustes de aval. patrim.	182.626	-	182.626
Dividendos	(24.650)	-	(24.650)
Saldo em 31/12/2024	1.375.198	-	1.375.199
Part. capital total	25,00%	0,01%	
31/12/2024	31/12/2024		
Total de ativos	5.500.835	1.016.223	
Patrimônio líquido	5.500.793	1.016.223	
Lucro líquido do exercício	360.100	53.409	

Em 31/12/2024 os valores de ajustes de avaliação patrimonial referem-se a R\$ 167.259 de Outros resultados abrangentes e R\$ 15.367 de outras movimentações de coligadas. **Nota 6 - Instrumentos Financeiros - a) Considerações gerais:** A Companhia, através de suas coligadas, mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, outros ativos circulantes, fornecedores, outros passivos circulantes, outros passivos não circulantes. **b) Fatores de risco:** Os seguintes são os fatores de risco que podem afetar os resultados da Companhia em função das operações de empresas coligadas e outras controladas indiretamente ("empresas"): **Risco de taxas de juros:** É o risco do

efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros ou de fluxos de caixa e receitas futuras de suas coligadas. As empresas avaliam sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como *Libor* e CDI. Desta forma, podem contratar *swaps* de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco. **Risco de taxas de câmbio:** Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando notadamente o patrimônio líquido da Companhia em virtude dos investimentos no exterior mantidos pelas empresas coligadas. **Risco de crédito:** Esse risco advém da possibilidade das empresas não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos devidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, as empresas adotam como prática a análise detalhada da situação financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, as empresas somente realizam aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação. **Risco de preço das commodities:** Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos vendidos ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção das empresas. Em função de operações no mercado de *commodities*, as empresas poderão ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. Para minimizar esse risco, são monitoradas permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional. **Nota 7 - Patrimônio Líquido: a) Capital social:** Em 31/12/2024 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 413.632 (R\$ 413.632 em 31/12/2023) dividido em 413.632,263 ações (413.632,263 em 31/12/2023) no valor de R\$ 1,00 cada uma. **b) Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos no exterior em sua coligada. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são considerados nesta rubrica os ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, assim como o efeito de aumento de participação em coligadas e o efeito de opção de ações de coligadas. **c) Reserva de lucros:** 1) Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. 2) Lucros a realizar - A Companhia transfere para a reserva de lucros a realizar o montante do lucro líquido do exercício remanescente após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos. A destinação dos valores excedentes constituídos em reserva de lucros a realizar será distribuída conforme disponibilidade de caixa da Companhia. **d) Dividendos:** A Companhia, conforme ata de reunião de diretoria, amparada na competência conferida pelo seu Estatuto Social, distribuirá 25% do lucro líquido ajustado, calculado de acordo com o art. 202 da Lei 6404/76. Podendo distribuir dividendo inferior ao obrigatório, se aprovado pela unanimidade de seus acionistas em Assembleia Geral. A destinação dos valores excedentes constituídos em reserva de lucros a realizar será deliberada em Assembleia de Acionistas, conforme disponibilidade de caixa da Companhia. Em 2024 a Companhia calculou os dividendos mínimos obrigatórios na forma do previsto em seu estatuto no montante de R\$ 21.368 (R\$ 39.268 em 2023), adicionalmente, distribuiu, antecipadamente, dividendos adicionais no mínimo obrigatório no montante de R\$ 3.282 (R\$ 61.732 em 2023), totalizando o montante de R\$ 24.650 (R\$ 101.000 em 2023) pagos ao longo do exercício, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	89.970	165.338
Reserva legal 5%	(8.267)	(8.267)
Lucro líquido ajustado	85.472	157.071
Dividendo mínimo obrigatório - 25% do lucro líquido ajustado	21.368	39.268
Dividendos adic. ao mínimo obrig.	3.282	61.732
Total de dividendos distrib.	24.650	101.000

Data de deliberação	Data de pagamento	Valor
21/02/2024	13/03/2024	2.500
28/05/2024	28/05/2024	8.000
28/05/2024	26/06/2024	4.000
01/08/2024	21/08/2024	2.067
01/08/2024	18/09/2024	1.033
06/11/2024	17/12/2024	7.050
		24.650

Nota 8 - Resultado por Ação: Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro com os montantes utilizados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	2024	2023
Básico e diluído		
	Ações	Ações
(Em milhares, exceto ações e dados por ações)		
Numerador básico		
Lucro alocado disponível para os acionistas	89.970	165.338
Denominador básico		
Média ponderada de ações	413.632,263	413.632,263
Lucro por ação (em R\$) - básico e diluído	0,22	0,40

Nota 9 - Evento Subsequente: I) Em 21/01/2025, a Metalúrgica Gerdau S.A., através das suas controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Sul Renováveis Participações S.A., celebrou com a Altiara Energia S.A., contratos para aquisição da totalidade das ações das empresas Rio do Sangue S.A. e Paratinga Energia S.A., detentoras, respectivamente, das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) denominadas Garganta da Jararaca e Paratinga II pelo preço de aproximadamente R\$ 440 milhões. Este valor está sujeito a ajustes em função dos níveis de caixa e dívida a serem apurados na data de fechamento, conforme termos e condições usuais em transações dessa natureza e estabelecidos nos contratos. O preço de aquisição será pago à vista, na data do fechamento, com recursos próprios disponíveis. O fechamento está condicionado à verificação de condições precedentes usuais para este tipo de operação, incluindo a aprovação pela autoridade concorrencial brasileira. As PCHs Garganta da Jararaca e Paratinga II estão localizadas no estado do Mato Grosso. As PCHs fornecerão energia renovável para unidades produtoras de aço da Gerdau no Brasil, em regime de autoprodução. A aquisição desses ativos está alinhada à estratégia da Gerdau de gerar maior competitividade no custo dos seus negócios, aumentando a autoprodução de energia limpa, e em linha com o processo de descarbonização já divulgado pela Companhia. II) Em 10/02/2025, a Metalúrgica Gerdau S.A., após o cumprimento de todas as condições precedentes, incluindo a aprovação pelas autoridades concorrenciais, concluiu a transação com a Sumitomo Corporation e The Japan Steel Works Ltd., para aquisição de 39,53% e 1,74%, respectivamente, do total de ações de emissão da Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A. ("Gerdau Summit"). Com o fechamento da transação, a Companhia passa a deter 100% do capital social da Gerdau Summit. O preço de aquisição, pago à vista com recursos próprios, foi de aproximadamente US\$ 32,6 milhões (equivalentes a R\$ 188,6 milhões na data da conclusão da transação), substancialmente equivalente ao valor patrimonial. A Gerdau Summit está localizada em Pindamonhangaba, no estado de São Paulo, e produz aços fundidos e forjados, especialmente para a produção de cilindros e eixos nos setores de aço, alumínio, sucroalcooleiro e de energia. A transação está alinhada à estratégia da Companhia de gerar maior sinergia entre seus negócios e oferecer produtos e serviços de maior valor agregado aos seus clientes. A Gerdau Summit, até então uma empresa controlada em conjunto, com essa transação, passa a ser uma empresa controlada da Companhia. III) Em 19/02/2025, a Metalúrgica Gerdau S.A. comunicou seus acionistas e ao mercado em geral que, a partir da divulgação dos resultados do primeiro trimestre de 2025, passará a divulgar as informações e os resultados de seus segmentos de negócio da seguinte forma: • Segmento Brasil: inclui as operações de aços longos, planos, especiais e a operação de minério de ferro localizadas no Brasil. • Segmento América do Norte: inclui as operações de aços longos e especiais localizadas no Canadá e Estados Unidos e a controlada em conjunto localizada no México; • Segmento América do Sul: inclui as operações na Argentina, Peru e Uruguai. Com essas alterações, as informações e resultados do então segmento de negócio Aços Especiais, que incluía as operações de aços especiais localizadas no Brasil e nos Estados Unidos, passam a ser divulgadas conjuntamente com os demais segmentos, de acordo com a sua localização geográfica, como segmento de negócio Brasil e segmento de negócio América do Norte, respectivamente. Esse novo formato de divulgação das informações e dos resultados está alinhado às recentes mudanças no cenário global da indústria do aço, que têm levado a uma regionalização cada vez maior dos mercados, dinâmicas de negócios e moedas locais destas operações, aprimorando a apresentação dos resultados da Gerdau no Brasil e na América do Norte, principais regiões de sua atuação.

Diretora-Presidente: Germana Johannpeter Steiman
Diretor-Superintendente: Lourenço Johannpeter Nabuco
Contador: Denise Abreu Lanzoni - CRC/RS nº 93282/O